

# LÍNGUA PORTUGUESA: DISCURSO BRASILEIRO DA NÃO-HOMOFONIA; PROTESTO AÇORIANO-PORTUGUÊS DA HETEROGRAFIA\*

Celestino Sachet

**RESUMO:** *This article discusses the fragmentation of the homophony within the Portuguese-Brazilian community of speakers, since colonial times up to the present, expatiating on the opinion of renowned intellectuals and writers of both countries, about the successive ortographic agreements established between Portugal and Brazil. It also mentions the last ortographic agreement (signed in Lisboa on Dec. 16, 1990), which proposes "a simplification of the ortographic accentuation and a supression of the paroxitone and proparoxitone accentuation". This agreement raises the protests of Azorian, Portuguese and Brazilian people. Sometimes they claim there is no real possibility of uniformizing both ortographies without losing their cultural identity; sometimes they long for a unification of both languages into one, pointing out some advantages of such agreement.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *fragmentação da lusofonia, "acordografia", identidade cultural, unificação e uniformização ortográfica, utopia.*

## A FRAGMENTAÇÃO DA HOMOFONIA

Os caminhos da vida e os escaninhos da profissão, em dezembro de 1990, meteram-me na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, quando desaba, nas Ilhas e no Continente mais uma Tempestade de Inverno. Só que em lugar de ventos, chuvas e frios começam a cair k (capas ou kás); w (dáblios) e y (ipsilones); h iniciais e finais; homofonias de

---

\* Comunicação apresentada ao mini-seminário "A língua portuguesa no contexto da lusofonia", que integrou o evento "Portugal contemporâneo: realidade, cultura, literatura" - novembro, 1991 - UFRGS), ante os especialistas António Houaiss, Maria Helena Mira Mateus, Leda Bisol e Albino de Bem Veiga (aos quais o Autor se refere como "nobre platéia", na introdução de sua comunicação), entre outros.

Celestino Sachet é professor na Universidade Federal de Santa Catarina.

grafemas consonânticos; vogais átonas e nasais; ditongos e acentuações gráficas; tremas, hífen e apóstrofes; duplas grafias, minúsculas, maiúsculas e divisões silábicas; etc.,etc.,etc.

O diário *Açoriano Oriental*, de Ponta Delgada, 30.12.1990, abre manchete sobre a “Tempestade de Letras”.

Na realidade, o diário açoriano repete a expressão, criada por Victor da Cunha Rego, na *Folha de S. Paulo* do domingo anterior (23.12.1990).

O texto sistematiza as opiniões contrárias ao acordo no Brasil, entre elas a do escritor Autran Dourado: “um crime contra o idioma e a economia nacional”, e, também, contra a individualidade brasileira da língua portuguesa. “Usamos, o que é correto, ortografias diferentes. Não se diga que devemos abrir mão das nossas particularidades em benefício da língua comum” (*id.*).

Para Antonio Callado, “o idioma lucraria se os mandarins se debruçassem sobre o problema verdadeiro, que é a desintegração vital da língua que está a derreter-se como um sorvete na boca. E vai sendo desprezada por nós mesmos”. O autor de *Quarup* considera que o Brasil e Portugal distanciaram-se irremediavelmente um do outro “e só se unem na hora do rito bárbaro da reforma ortográfica”.

Abgar Renault, Secretário-Geral da Academia Brasileira de Letras, mostra seu desacordo recorrendo a um dos argumentos utilizados pelos nove mil intelectuais portugueses signatários do abaixo-assinado contra o Acordo: “as reformas desfiguram as palavras, retiram os aspectos que podem identificar as suas origens” e Josué Montello, também da Academia, pensa que “nada divide mais os homens do que a ortografia”.

Duas semanas mais tarde, no mesmo diário micalense, um articulista dispara na primeira página: “A reconquista do Império Perdido: ortografia por decreto”. E o *patriot*, míssil imbatível na Tempestade do Deserto, vai direto contra o Brasil. Ouçam o zumbido mortífero e acompanhem o trajeto pelos céus do jornal: “A língua que os escritores brasileiros devem escolher como norma é ‘a língua errada do povo, língua certa do povo, porque é ele que fala o português do Brasil, ao passo que o que fazemos é macaquear a sintaxe lusíada’”. Era a *Evocação do Recife* de Manuel Bandeira de retorno ao Brasil em ousada posição nada lingüística! O mesmo jornalista ainda admite que, diante do Acordo, os portugueses “talvez respondam com o seu proverbial espírito de obediência”, enquanto os brasileiros, os brasileiros, sem escrúpulos, continuarão a recrear-se “com a sua já proverbial liberdade no uso da língua, como forma de pôr qualquer cidadão a cantar falando, e a falar cantando” (CABRAL, 1991, p. 1).

Para uma análise mais abrangente — ou mais conseqüente do protesto que explodiu agora, em Portugal, mais dirigido aos brasileiros do que contra o texto do Acordo, parece desejável um olhar para trás primeiro para dentro da própria Península e em seguida para dentro do filho predileto, ainda que não primogênito, o Brasil.

A certidão da passagem da língua portuguesa ágrafa para o estatuto da escrita tem cerca de oitocentos anos (COELHO, 1881, p. 84) e para o estado gramático, menos de quinhentos, tomada a *Gramática da linguagem portuguesa* como primeira referência (*id. ib.*).

No decorrer dos séculos XVI e XVII, os estudos gramaticais preocupam-se com o hibridismo latino; no século XVIII, com a manifesta “vulgarização” do léxico, como se pode deduzir das obras *Antídoto da língua portuguesa*, em 1710, de José de Macedo, e *Enfermidades da língua*, de Manuel José de Paiva, em 1759; no século XIX, as preocupações invadem o campo da etimologia, como nos estudos de F. Adolfo Coelho (*id.*, p. 141).

Enquanto isto, a língua portuguesa no Brasil vai distanciando seus ramos, nada preocupados com as raízes da Mãe Árvore porque envolvidos, isso sim, com os novos frutos — estranhos e saborosos — que vão aparecendo. Em 1824 (ou 1825), aparece a certidão de nascimento dessa nova *res brasilica* na palavra do Visconde de Pedra Branca, por sinal, escrita em francês. O texto proclama que a língua de Portugal, levada ao Brasil, sofre a influência “de la douceur du climat et du caractère de ses habitants” e que ela, a língua nossa, “elle a gagné pour l’emploi et pour les expressions tendres et, tout en conservant son energie, elle a plus aménité” (VISCONDE DE PEDRA BRANCA, 1978, p. 5).

Vinte anos mais tarde, Gonçalves Dias entra duro nessa luta da sonoridade do português brasileiro em oposição à rudeza do lusofalar:

As aves que aqui gorgem

Não gorgem como lá.

Essa aversão, à língua da tia ou à língua da mãe, cresce com o próprio Gonçalves Dias, quando afirma, em 1857: “não há brasileiro, nem mesmo surdo que tolere a rima de ‘mãe’ com ‘também’ (...) um também impossível, como a gente culta de Lisboa”. E diz mais e mais fundo “o que é brasileiro é brasileiro e ‘cuia’ virá a ser tão clássico como porcelana” (DIAS, 1978, p. 37-38).

Em 1880, Macedo Soares, autor do *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, proclama que “a língua de lá não é a língua de cá: diferem já como a água do vinho”. E por isso, como “falamos diferente do português de Portugal”, a nossa ortografia “nada tem de comum com a tratada pelos literatos do Porto” (SOARES, 1978, p. 48-50). No outro lado do Atlântico, Francisco Adolfo Coelho, na obra *A língua portuguesa* (COELHO, *op. cit.*), publicada em 1881 para uso nos liceus centrais, ignora solenemente qualquer traço distintivo entre os dois falares específicos.

Alencar, no poscrito ao romance *Diva* (1865), reclama o direito da inspiração e do gosto sobre a idéia e sobre a palavra (ALENCAR, 1978, p. 59) e reclama, igualmente, da “incerteza que reina sobre a ortografia da língua portuguesa” a tal ponto que “muitas vezes o autor”, para não multiplicar emendas nas provas, “aceita um sistema adotado pelo compositor

da tipografia”<sup>1</sup>. E não há hora nem vez para falar da guerra verbal entre o autor de *Iracema* e Pinheiro Chagas, que derrubou florestas de pinheiros e plantou um campo de chagas — desculpado o trocadilho horroroso. Araripe Júnior chega a dizer que se Alencar “não sabia português, escrevia em brasileiro perfeitamente, admiravelmente” (ARARIPE JR., 1978, p. 231).

Machado de Assis, em “Instinto da Nacionalidade” (1873), também levanta o seu dedo da Fragmentação da Lusofonia: “querer que a nossa [língua] pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva” (ASSIS, 1978, p. 187).

Araripe Júnior, mais uma vez, aprofunda o vale entre as duas montanhas e exige: “declarem os escritores brasileiros que estão dispostos a compor no dialeto do país” e dispostos “a escrever pelo modo por que falam” (ARARIPE JR., 1978, p. 231 e 235). Em 1887, o Colégio Pedro II, em um de seus programas, traz o seguinte ponto: “Tendências hodiernas para alteração do idioma nacional: dialetos, provincialismos, brasileirismos” (*id. ib.*, p. 235).

Um ano antes, José Veríssimo já admite a vivência do Outro na língua do Brasil, que deixou de ser o Eu Portugal, e lamenta a demora da fixação de uma escrita própria, “o que é apenas um trabalho secundário de erudição” (VERÍSSIMO, 1978, p. 243).

Estava aberta a “querelle des brésiliens modernes et des portugais anciens”: a Primeira Grande Guerra das Letras, vencida pelo lado de lá com o míssil de Gonçalves Viana *Ortografia nacional*, 1904; vitória homologada pela Liga das Nações Portuguesas, integrada exclusivamente por Portugal, em 1911; e o sistema de Gonçalves Viana tornou-se oficial, lá, pelo decreto do Governo da Península, aqui, pela língua e pela pena de Rui Barbosa a gritar contra o dialeto brasileiro.

surrão amplo, onde cabem à larga desde que o inventaram, para sossêgo dos que não sabem a sua língua, todas as escórias da preguiça da ignorância, do mau gosto e (...) de todos os estigmas dessa degeneração em que escreveram no Brasil, Gonçalves Dias, Francisco Lisboa e Machado de Assis. (BARBOSA, 1978, p. 384).

Mas a guerrilha dos brasileiros contra os lusos fonemas solta faíscas desde 1879, quando Paranhos da Silva publica *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil* e levanta bandeira de agressão contra os “nossos primos” senhores da língua, que se deram o direito de modificá-la como lhes parecia:

Nego que os brasileiros tenham obrigação de macaquear as alterações que nela fizeram para seu uso particular; principalmente quando tiveram por fim torná-la diversa de todas

as outras línguas, talvez porque são semelhantes à dos seus rivais de Castelo (SILVA, 1978, p. 208).

O problema lingüístico, no Brasil, começa a entrar no desvio político que nos levará longe, no Modernismo de 1922, com a Antropofagia; no Acordo Ortográfico de 1931, com a Desobediência; nos Acordos Ortográficos de 1943-1945, com a Ruptura.

É hora de deixar pelo caminho as lanças e os dardos assestados contra a Torre de Belém por Silvio Romero, por João Ribeiro, por Medeiros de Albuquerque: “Economicamente Portugal já é uma colônia do Brasil”, 1913 (ALBUQUERQUE, 1978, p. 426); por Silva Ramos: em questões da língua, “o que nenhum de nós teve coragem de fazer, não de consegui-lo os anos”, 1918 (RAMOS, 1978, p. 446); é hora de passar rapidamente por Laudelino Freire, para o desembarque em Portugal, pós-Acordo de 1990.

Em 1920, a convite da Liga da Defesa Nacional, Laudelino Freire pronuncia a conferência “A defesa da língua nacional”. Entre outras reflexões, para o campo da ortografia, o orador afirma:

É manifesta (...) a divergência de brasileiros e lusitanos no que concerne à matéria ortográfica. Dísparos presentemente no modo de a entender, caíram ambos, por deplorável desinteligência, na mais profunda anarquia, que os segundos (os lusitanos!) vieram agravar (FREIRE, 1920, p. 29).

A seguir os lusitanos são indiciados como demolidores de “monumentos, tradições e origens”, porque, sem se lembrarem de nós brasileiros, criam “um sistema para a sua grafia vocabular” e a impõem, “oficializando-a aos seus naturais” (*id.*, p. 29-30).

Não, diz Laudelino Freire, a ortografia de uma língua não é coisa que se reforme. Ortografia estuda-se, esclarece-se e, mediante a etimologia, simplifica-se mediante a ação secular e uniformiza-se consoante os esclarecimentos de casos controvertidos:

Nunca jamais se lhe poderá alterar radicalmente, e por decreto, a feição tradicional, legítima e legitimada, senão admitir e consagrar as alterações que lhe vão sendo determinadas pela ação do uso e do tempo. (*id.*, p. 30).

A ortografia não pode ser alterada pelo Poder do Estado e sim pelo Consenso da Sociedade, parece proclamar Laudelino Freire.

Exatamente o mesmo argumento dos açorianos e dos portugueses continentais, na “Tempestade de Letras”, no inverno 1990-1991, só que agora em oposição à língua do Brasil, em desacordo com os brasileiros.

## A FRAGMENTAÇÃO DA “ACORDOGRAFIA”

Quase duas gerações de brasileiros e de lusos vivemos a calmaria da Desobediência a dois acordos pactuados e abraçados em 1943 e 1945: os de lá, exorcizando o primeiro; nós, o segundo, que era o deles, com Jorge

<sup>1</sup> *Idem*. Pós-escrito. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *Op. cit.*, p. 67.

Amado traduzido ao desembarcar em Sacavém com Fernando Pessoa sofrendo a nossa “purificação” na entrada das impressoras do eixo Rio-S. Paulo.

Com a independência dos povos da África, mas com a permanência da lusitanização em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, as duas pontas da língua portuguesa transformam-se em Estrela de Sete Pontas, em Coro de Sete Vozes.

Em maio de 1986, no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Letras sediou o “Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa”.

Na opinião de Antonio Houaiss, “O projeto de 1986 foi considerado muito radical, pois propunha uma simplificação do sistema de acentuação gráfica e a supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas”. (HOUAISS, 1991, p. 15).

Para o ilustre filólogo brasileiro, a forte oposição desencadeada, principalmente em Portugal, selou o fracasso daquele documento, mas produziu um outro documento, assinado, agora, em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

Uma oposição, agora mais forte, cresce, em onda, desde Lisboa-Porto, até chegar aos Açores, contra... mais contra o “brasileiro” e mais pelo orgulho nacional ferido; contra o envelhecimento instantâneo de milhões de livros em ortografia de 1945; e menos, quase nada, contra o Documento *ab se*, embora sobre ele pese o grave pecado do secretismo e da exclusão do debate, público e aberto a todas as correntes do pensamento lingüístico, quando de sua elaboração.

Na impossibilidade de estender e aprofundar os olhos sobre o universo sistêmico das negativas, dirige-se esta análise para dois espaços pontuais: uma pesquisa universitária na Ilha de S. Miguel, Açores, e cerca de trinta depoimentos no jornal *Público*, de Lisboa-Porto, publicados entre 23 de dezembro de 1990 e a primeira semana de janeiro de 1991.

Elaborada pelos alunos da cadeira de Sintaxe e Semântica do Português do 3º ano das Licenciaturas Português/Francês e Português/Inglês, da Universidade dos Açores, a pesquisa, constituída por duas perguntas: “Ouviste falar do Acordo Ortográfico?” e “O que pensa acerca do mesmo?”, foi respondida por setenta pessoas de uma população heterogênea quanto à idade, escolaridade e profissão. (Publicada no suplemento *Pulsar*, anexo ao diário *Açoriano Oriental* de 14 de fevereiro de 1991). Pela entrevista, 26% dos entrevistados foram a favor do Acordo; 62%, contra, com argumentos que deixam clara uma brasileirofobia:

- Nós não somos brasileiros, somos portugueses.
- No lugar de sermos nós a irmos para a língua deles (brasileiros) sejam eles a virem para a nossa.
- Os nossos netos dirão que o português proveio do brasileiro.
- Deveríamos preservar o nosso estilo e sermos nós próprios: “ato” nada tem que ver com “acto” (do verbo “atar” e do verbo “agir”).

- O Acordo não passa de uma farsa para agradar aos brasileiros. É antipatriótico.

E, das respostas favoráveis ao Acordo, uma delas tem como argumento “a uniformização da língua”, mas desde que se mantenham as raízes de uma cultura e de uma identidade portuguesas (MORAIS, 1991, p. I-VIII).

Em outras argumentações, o açoriano é favorável ao Acordo “desde o momento que não vá contra à origem das palavras”; “porque a língua é um órgão vivo, portanto sujeito a mutações”; porque a eliminação das consoantes mudas facilita a escrita; porque é positivo aproximar a língua escrita da língua falada e porque, com o Acordo, “será mais fácil escrever”.

Ainda no mesmo suplemento, seu redator, Ruy-Guilherme de Moraes, reúne a opinião de intelectuais de Ponta Delgada.

Antonio Machado Pires, Reitor da Universidade dos Açores, admite que a intenção do Acordo é boa, “porque se pretende uma uniformização da língua”, com a conseqüente expansão da lusofonia. Com o Acordo é de prever “uma grande invasão de livros brasileiros em Portugal”. Mário Gomes Luis, professor de latim, depara-se com o problema “que é o fato de cada país ter a sua realidade sócio-cultural”. Para Paulo Meneses, professor de História da Língua Portuguesa, “nenhum mal parece vir com a assinatura de um acordo ortográfico em si”, embora oponha restrições a algumas das bases do atual Documento. Helena Mateus Silva, baseada no fato de que “a imposição de uma unificação ortográfica absoluta não foi bem aceita pelos brasileiros no passado, nem o tem sido pelos portugueses no presente”, prevê que as paixões lingüísticas originadas com a aproximação da assinatura do Acordo reacender-se-ão com a sua entrada em vigor.

Entre alguns intelectuais dos Açores, a radicalidade da Negação incorpora aspectos de um Profetismo da Desgraça Lusíada ou de um Quinto Império às avessas.

O escritor Daniel de Sá, em outro diário de Ponta Delgada, o *Correio dos Açores* de 17 de janeiro de 1991, sob o título “Contra a língua e a Cultura”, conclui suas reflexões:

... o Português é uma língua cada vez mais mal tratada, a todos os níveis, e à espera de um decreto governamental que, se não a condena à morte, conceda-lhe, pela subserviência e subalternidade demonstradas, o desprestígio das culturas em vias de extinção. Porque, no caso da mudança legal da Língua, não é tão grave, o ato em si mesmo da mudança, como o que significa o processo que a ela conduzirá (SÁ, 1991).

Na virada do ano, e sete dias após a assinatura do texto de 16 de dezembro, o diário *Público*, de Lisboa — Porto, abre uma, e, até, duas páginas, em cada edição da última semana de dezembro e da primeira semana de 1991 com o título geral “Acordo Ortográfico — a polémica” e, como introdução, estampa três textos que situam o triângulo da questão: Fernando Cristóvão, um dos negociadores do grupo português; Maria

Helena Prieto, da Faculdade de Letras de Lisboa e Vitor Aguiar e Silva, presidente da Comissão Nacional da Língua Portuguesa.

Fernando Cristóvão, ex-Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, fixa-se na idéia de que as vantagens do novo documento “são do foro da evidência” pois ele elimina “as alfândegas ortográficas”. A professora Maria Helena Prieto, da Faculdade de Letras e, ao mesmo tempo ativista do Movimento contra o Acordo Ortográfico de 1986 — quinze mil assinaturas — e contra o de 1990 — oito mil assinaturas só em uma semana — define, em manchete, o novo texto como “inútil e prejudicial”: inútil porque não realiza a unificação visada pelos seus promotores — permanecerão as duplas grafias — e mesmo porque a unificação é uma utopia sem saída, incapaz de “realizar o milagre de unificar o que é diverso”; inútil, porque não é com reformas ortográficas que se promove a difusão do livro português e da cultura portuguesa; inútil, porque o Brasil não pertencendo às assembléias internacionais européias — como a CEE e a OTAN —, nelas quem se fará ouvir é a voz de Portugal; o Acordo é prejudicial pelos custos pedagógicos, culturais, econômicos, sem contrapartidas positivas para o país.

Vitor Manuel de Aguiar e Silva, da Universidade de Coimbra, nunca entendeu bem “este maniqueísmo da ortografia”, mesmo porque a ortografia é relativamente secundária e a unidade e a diversidade reais da língua não passam pela ortografia.

Estava armada, pelo jornal, a neutralidade de espaço, com três caminhos para a entrada de trinta personalidades da vida portuguesa, na literatura e na atividade editorial, no ensino, no jornalismo, na política, todas a responderem a pergunta “O Acordo Ortográfico traz a Portugal mais vantagens ou prejuízos? Quais?”

O jornalista Carlos Leite, da redação do jornal, abre passagem para cada um dos três caminhos com o editorial “Eu concordo, tu discordas, ele acorda”, síntese perfeita do desfile de vozes-aplauso, de vozes-apupo e de vozes-silêncio.

Na mesma linha de pensamento de Fernando Cristóvão, já se havia manifestado o filólogo Lindley Cintra, embora a única razão que o leva a se entusiasmar pelo Acordo seja “a idéia de que, dentro de poucos anos, em todas as regiões onde se fala o português, se escreverá a mesma língua da mesma maneira” (CINTRA, 1990).

Entre as três dezenas de depoimentos ao jornal *Público*, cerca da metade pensa que o Acordo trará vantagens: Pedro Támen, escritor, percebe que com ele “a língua portuguesa pode ter mais acesso em meios internacionais”; para Alçada Batista, também escritor, o Acordo trará muitas vantagens aos portugueses, pois “uma língua escrita por oito milhões não é o mesmo que uma língua escrita por cento e oitenta milhões”. Esclarece, também, que o documento assinado “não é uma regulamentação da palavra, mas uma regulamentação da escrita: (...) os portugueses

continuarão a dizer autocarro, os brasileiros ônibus, os angolanos machimbombo”; Vital Moreira, professor universitário, descreve as duas vantagens mais importantes: “em primeiro lugar, o próprio facto da unificação, isto é o facto de a língua portuguesa, que é uma, passar a ter uma única grafia em todo o espaço de fala portuguesa (...); em segundo lugar, o Acordo abre portas para a unificação do vocabulário científico e técnico”, uma vez que “existe cada vez uma maior cooperação entre intelectuais, cientistas e técnicos de vários países de língua portuguesa, cuja comunicação é dificultada por uso de termos diferentes”.

As vantagens-sim e as desvantagens-não, quase sempre, saltam da profissão do entrevistado: escritores e livreiros multiplicam lucros intelectuais e prejuízos industriais; radicalismos brasileirofagos explodem no jornalista escritor Baptista Bastos que não respeitará o Acordo e que, por duas vezes, recusou ser editado no Brasil; Artur Portela, publicista, descobre no texto subalternização da língua e da cultura portuguesa em geral perante a versão brasileira do português; Francisco José Viegas duvida que José Saramago passe a ser mais lido no Brasil só por os seus livros passarem a ser traduzidos para “lusofonês” e Aníbal Fernandes, tradutor, conclui pelos nítidos prejuízos para o autor nacional de cada lado do Atlântico:

Dê-se a ler ao brasileiro um Jorge Amado com ortografia portuguesa: Lê-o, e, mal repara na diferença; dê-se-lhe um texto português passado à ortografia brasileira: soa-lhe a estranho, provoca-lhe uma reação ligada a dificuldade de sintaxe e de semântica (FERNANDES, 1991, p. 27).

Termino com João Carreira Bom, consultor de comunicação:

Está feito. Cumpra-se. Nós, aliás, costumamos cumprir estes acordos. Os brasileiros é que não. Mas, agora, como só tem de suprimir uns tremas, pode ser que o cumpram. Prejuízos? Para já, nós e os africanos é que vamos ter as maçadas. Vantagens? Receio que, nesta fábula, quem se beneficie seja a cigarra (BOM, 1991, p.27).

## CONCLUSÃO

Esse novo enfrentamento entre a lusa formiga-Apolo e a brasílica cigarra-Dionísio parece dizer que nossas velhas cantigas lingüísticas, em ritmo de samba-do-morro, terão que explodir no *heavy metal* do roque-pauleira da política.

De preferência em língua inglesa, para mentir neutralidades! Ou cantar, como Manuel Bandeira: “Deus deu a palavra ao homem / E o diabo à ortografia / Por isso, os homens se comem / Nessa Orto-Antropofagia”. (INFORMAÇÃO GERAL, 1990, p. 4).

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Medeiros e. A questão ortográfica. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- ALENCAR, José de. Poscrito. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- ARARIPE JR., Aluísio Azevedo. O romance no Brasil. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 231.
- \_\_\_\_\_. Ao Sr. Carlos de Laet. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 231 e 235.
- ASSIS, Antonio Maria Machado de. A língua instinto de nacionalidade. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- BARBOSA, Rui. O dialeto brasileiro. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- BOM, João Carreira. Acordo Ortográfico - a polêmica. In: *PÚBLICO*. Lisboa, 2.01.1991.
- CABRAL, Jaime. Ortografia por decreto. In: *AÇORIANO ORIENTAL*. Ponta Delgada, Açores, 13.01.1991.
- CINTRA, Lindley. In: *EXPRESSO*. Lisboa, 1.12.1990.
- COELHO, F. Adolpho. *A língua Portuguesa*. Porto, Universal, 1881.
- DIAS, Gonçalves. Carta ao dr. Pedro Nunes Leal. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- FERNANDES, Aníbal. Acordo Ortográfico - a polêmica. In: *PÚBLICO*. Lisboa, 2.01.1991.
- FREIRE, Laudelino. *A defesa da língua nacional*. Rio de Janeiro, 1920.
- HOUAISS, Antonio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo, Ática, 1991.
- INFORMAÇÃO GERAL. Acordo ortográfico: polêmica no Brasil sobre a "Tempestade de Letras". In: *AÇORIANO ORIENTAL*. Ponta Delgada, Açores, 30.12.1990.

- MORAIS, Ruy-Guilherme de. (org.). O que se pensa nos Açores sobre o Acordo Ortográfico. In: Suplemento "Pulsar". *AÇORIANO ORIENTAL*. Ponta Delgada, Açores, 1991.
- RAMOS, Silva. Discurso. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- SÁ, Daniel de. Contra a língua e a cultura. In: *CORREIO DOS AÇORES*. Ponta Delgada, 17.01.1991.
- SILVA, Paranhos da. O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil. Prefácio. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- SOARES, Macedo. Bittencourt Sampaio. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- VERÍSSIMO, José. Linguagem. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- VISCONDE DE PEDRA BRANCA. Brasileirismo. In: PINTO, Edith Pimentel (org.). *O Português do Brasil, textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro-São Paulo, Livros Técnicos e Científicos - Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.